

A NECESSÁRIA (RE)CONSTRUÇÃO DO FUTURO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O LUGAR COMO FUNDAMENTOS

Rafael Pereira da Silva¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²

Resumo

As últimas décadas do século XX e os primeiros vinte anos do século XXI têm sido marcados por transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que repercutiram diretamente sobre o mundo do trabalho e na dinâmica dos lugares, expondo os trabalhadores a condições laborais degradantes. Todavia, face as perversidades sistemáticas e estruturais do modo de produção capitalista emergem nas periferias outras lógicas de organização do trabalho e sociabilidade, pautadas na práxis e em princípios mais humanos e solidários. Este artigo se apresenta como um ensaio teórico, a partir do qual se objetiva apresentar reflexões sobre a precarização do trabalho no período histórico atual e sua interface com a consolidação das economias sociais e solidárias. O esforço realizado visa evidenciar a relação direta entre os movimentos contra hegemônicos e os lugares, estes devendo ser pensados a partir das dinâmicas e processos associados a reprodução social dos homens pobres e lentos. Para construção das reflexões propostas foi basilar a aproximação e interlocução com as ideias de Marx (2004), Lipietz (1991), Antunes e Alves (2004), Harvey (2011; 2018) e Santos (2009; 2010). Com base nas assertivas construídas sugere-se que a construção, presente e futura, de uma outra forma de relação com o trabalho e com os indivíduos, perpassa essencialmente pelos lugares e vem sendo tecida cotidianamente pelos homens mais simples a partir da criatividade, comunicabilidade, fraternidade e solidariedade.

Palavras-Chave: Lugar; solidariedade, fraternidade; reconstrução; futuro

LA NECESARIA (RE)CONSTRUCCIÓN DEL FUTURO: LA ECONOMÍA SOLIDARIA Y EL LUGAR COMO FUNDAMENTOS

Resumen

Las últimas décadas del siglo XX y los primeros veinte años del siglo XXI han estado marcados por transformaciones sociales, políticas, culturales, ambientales y económicas que han repercutido directamente en el mundo del trabajo y en la dinámica de los lugares, exponiendo a los trabajadores a condiciones laborales degradantes. Sin embargo, frente a las perversidades sistemáticas y estructurales del modo de producción capitalista, en las periferias han surgido otras lógicas de organización del trabajo y de sociabilidad, basadas en la praxis y en principios más humanos y solidarios. Este artículo se presenta como un ensayo teórico, que tiene como

¹ Doutor em Geografia (UFRN). Email: rafaelsilva.geo@gmail.com.

² Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFRN. Docente permanente do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe-UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR -UFRN). Email: ffazevedo@gmail.com.

objetivo presentar reflexiones sobre la precariedad del trabajo en el período histórico actual y su interface con la consolidación de las economías sociales y solidarias. El esfuerzo realizado pretende destacar la relación directa entre los movimientos contra hegemónicos y los lugares, que deben ser pensados desde las dinámicas y procesos asociados a la reproducción social de los hombres pobres y lentos. Para construir tales reflexiones fue fundamental acercarse y dialogar con las ideas de Marx (2004), Lipietz (1991), Antunes y Alves (2004), Harvey (2011; 2018) y Santos (2009; 2010). A partir de las afirmaciones construidas, se sugiere que la construcción, presente y futura, de otra forma de relación con el trabajo y con los individuos, pasa esencialmente por los lugares y está siendo tejida diariamente por los hombres más sencillos a partir de la creatividad, la comunicabilidad, la fraternidad y la solidaridad.

Palabras clave: Lugar; solidaridad, fraternidad; reconstrucción; futuro

THE NECESSARY (RE)CONSTRUCTION OF THE FUTURE: THE SOLIDARITY ECONOMY AND THE PLACE AS FUNDAMENTALS

Abstract

The last decades of the 20th century and the first twenty years of the 21st century have been marked by social, political, cultural, environmental and economic transformations that have had direct repercussions on the world of work and the dynamics of places, exposing workers to degrading working conditions. However, in the face of the systematic and structural perversities of the capitalist mode of production, other logics of work organisation and sociability have emerged in the peripheries, based on praxis and on more human and solidarity-based principles. This article is presented as a theoretical essay, which aims to present reflections on the precariousness of work in the current historical period and its interface with the consolidation of social and solidarity economies. The effort made aims to highlight the direct relationship between counter-hegemonic movements and places, which should be thought of from the dynamics and processes associated with the social reproduction of poor and slow men. To construct such reflections, the approach and interconnection with the ideas of Marx (2004), Lipietz (1991), Antunes and Alves (2004), Harvey (2011; 2018) and Santos (2009; 2010) was fundamental. Based on the assertions constructed, it is suggested that the construction, present and future, of another form of relationship with work and with individuals, essentially passes through the places and is being woven daily by the simplest men from creativity, communicability, fraternity and solidarity.

Keywords: Place; solidarity, fraternity; reconstruction; future

INTRODUÇÃO

“Em tempos de crise, a irracionalidade do capitalismo se torna evidente para todos. Capital e mão de obra excedentes existem lado a lado sem haver aparentemente uma forma de uni-los no meio de um imenso sofrimento humano e necessidades não realizadas” (HARVEY, 2011, p.175)

O desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção e forma de organização das relações sociais tem sido marcado pelo aprofundamento das desigualdades espaciais, sociais e econômicas. Logo, quanto mais se aprimoram as formas de reprodução e acumulação do capital, também se ampliam as dessemelhanças entre os detentores dos meios privados de produção e a classe trabalhadora.

Essa complexificação na esfera do trabalho não pode ser compreendida longe das crises cíclicas que caracterizam estruturalmente as lógicas inerentes aos processos de reprodução e acumulação do capital, as quais se adensaram a partir da década de 1970 e se tornaram mais recorrentes e violentas durante as duas primeiras décadas do século XXI (HARVEY, 2011; HARVEY, 2018),

Estas crises inerentes ao próprio *modus operandi* do sistema capitalista implicam na ocorrência de transformações que afetam as dimensões espaciais, econômicas, técnicas, políticas e sociais (SOJA, 1993). Todavia estas mudanças que podem articular múltiplas escalas e envolver diferentes agentes são incapazes de resolver plenamente as crises do sistema ou minimizar satisfatoriamente as suas consequências (HARVEY, 2018).

As implicações resultantes das crises estruturais do sistema tendem a afetar mais diretamente os homens pobres que compõe a classe trabalhadora e acarretar desajustes na estrutura e dinâmica dos lugares, a qual comumente altera-se em conformidade com os ditames e ordens dos agentes hegemônicos (SANTOS, 2011).

As dinâmicas do presente e as mutações que afetam os trabalhadores nos obrigam a admitir que hoje, muito mais que em tempos pretéritos, essa classe social é diversa e multifacetada; continua a ser composta por operários e assalariados, além de englobar os sujeitos que produzem, comercializam e administram os seus negócios de forma autônoma constituindo o circuito inferior da economia, especialmente no mundo subdesenvolvido (SANTOS, 2008).

Desse modo admitimos que hoje a classe trabalhadora é composta não somente por sujeitos sociais que expropriados dos meios privados de produção são obrigados a vender a sua

força de trabalho, mas também abrange grupos que se reproduzem socialmente a partir de outras lógicas de gestão do trabalho e da renda, algumas delas calcadas em princípios humanísticos e solidários. É nessa linha de raciocínio e com base nessas dinâmicas emergentes que as economias populares ganham conteúdos, forma e força, especialmente nos países situados no Sul do mundo.

Partindo dos apontamentos expostos, o presente texto tem por objetivo apresentar reflexões sobre as relações marcadas pela precarização do trabalho no período histórico atual e sua interface com a consolidação das economias sociais e solidárias, movimento esse constituído por muitos trabalhadores em diversos tipos de atividades (agricultura familiar, pesca, artesanato, turismo, crédito, serviços, etc.) como estratégia para a sua reprodução social.

O texto apresentado figura como um ensaio teórico sobre a tríade trabalho, economia solidária e lugar. Por esse motivo o principal recurso metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica, em que se destaca as leituras de Marx (2004), Lipietz (1991), Antunes e Alves (2004), Harvey (2011; 2018) e Santos (2009; 2010).

Estruturalmente o texto encontra-se subdividido em duas sessões, nas quais se discute, respectivamente, as feições atuais da relação capital-trabalho, apontando para a perversidade sistêmica presente nesta, mas também para a capacidade de ação e transformação que surge nos lugares, por conseguinte, valorizando os vínculos existentes entre a economia solidária o lugar, como elementos essenciais à redefinição do presente e (re)construção do futuro.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL: A NEGAÇÃO DO TRABALHADOR E A REAFIRMAÇÃO DO CAPITAL.

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt), aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt)” (MARX, 2004, p. 80).

O trabalho e suas formas de manifestação são tão antigos quanto à existência do homem, já que nestes sujeitos sociais uma característica basilar se sobressai na relação trabalho-existência, seja ela, possuir força física e capacidade cognitiva de produzir mercadorias a partir da exploração de sua força de trabalho, sendo está última uma qualidade comum a todos os homens e da qual estes se esvaziam até a sua morte (OLIVEIRA, 1976). É por essa razão que

“quando se fala do trabalho, está se tratando, imediatamente, do próprio homem” (MARX, 2004, p. 89).

De acordo com Marx (2004) é o trabalho e não somente a capacidade cognitiva que difere o homem das outras espécies animais, pois de acordo com o pensamento do autor

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física [...]. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie (MARX, 2004, p. 85).

A ideia apresentada por Marx põe o homem no centro das relações de produção, uma vez que só o trabalho é capaz de produzir riqueza (MARX, 2004), e dele também provém a capacidade de fabricar todas as mercadorias a partir das quais são forjados os processos de reprodução e acumulação do capital.

Pela sua natureza ontológica, histórica e social o trabalho perpassa os diferentes modos de produção, desde os tempos pretéritos até o período atual. Todavia a cada momento histórico as formas de exploração e organização do trabalho apresentam características específicas e em nenhum deles os trabalhadores foram tão oprimidos e abusados como na fase contemporânea do capitalismo avançado e predatório (GOMES, 1991; THOMAZ JÚNIOR, 2004).

As relações de trabalho estabelecidas no âmago do modo capitalista de produção têm como características a subsunção formal do trabalho ao capital, a superexploração da força de trabalho como estratégia para maximização dos lucros e o assalariamento como forma de contrato social e jurídico por meio do qual se definem as formas e horas de exploração do trabalhador, assim como se estabelecem os correspondentes monetários que os sujeitos receberão pela força de trabalho da qual foram expropriados.

De acordo com Lipietz (1991) o conjunto de relações estabelecidas entre o trabalho e o capital tornam-se mais complexas no limiar do século XXI, em decorrência da incorporação crescente da tecnologia aos processos produtivos, muitas vezes minorando o trabalho humano e reduzindo os custos inerentes ao processo produtivo das mercadorias, assim como com a remuneração dos trabalhadores assalariados.

Todavia é preciso salientar que as técnicas também são provenientes do trabalho humano e o manuseio destas demandam esforços manuais ou conhecimentos especializados

para sua operacionalização. Por assim ser “a tecnologia oferece potencialidades, mas não determina o futuro” (LIPIETZ, 1991, p. 103).

Para além da crescente incorporação de tecnologia aos processos de produção e comercialização das mercadorias, outras variáveis e dinâmicas incidem sobre o mundo do trabalho no período de transição entre o final do século XX e início do século XXI. No âmbito das unidades de produção cabe mencionar a redução do proletariado industrial, até então caracterizado pela relativa estabilidade oriunda dos contratos de trabalho formais e especializado em operações manuais desempenhadas em ambientes fabris (ANTUNES e ALVES, 2004). Paralelo a isso se observa a emergência de novo proletariado industrial composto por trabalhadores terceirizados e subcontratados, vulneráveis aos mecanismos de precarização do trabalho a exemplo dos contratos parciais e temporários (ANTUNES e ALVES, 2004).

Nesse período mudanças qualitativas também se processaram, a exemplo do aumento do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho em atividades associadas aos circuitos superior e inferior da economia, expansão do trabalho terceirizado e ampliação no número de “trabalhadores autônomos”, atuando junto ao setor de serviços, não obstante a exclusão brutal dos trabalhadores considerados pelo capital, como jovens ou idosos (ANTUNES e ALVES, 2004).

Some-se a todas estas tendências o processo de uberização do trabalho, em curso no mundo há décadas, embora oficializado há aproximadamente uma década, com algumas particularidades nos países do hemisfério Sul, em decorrência do desemprego estrutural prevalecente nestes. O trabalho uberizado tem como características a inexistência de um vínculo efetivo entre o prestador de serviço e as empresas altamente beneficiados com o meio técnico-científico-informacional, fato que acarreta a negação do acesso aos direitos trabalhistas e a superexploração do trabalho em período de tempo indeterminado, já que ao trabalhador está facultada a possibilidade da definição do intervalo de tempo em que exercerá a sua atividade laboral (PINHEIRO, SOUZA E GUIMARÃES, 2020).

Todavia tal prerrogativa é falaciosa e falsa, uma vez que a renda obtida pelos trabalhadores é condicionada ao número de horas trabalhadas, distância dos trajetos percorridos, seja para o transporte de pessoas ou mercadorias e serviços (ABÍLIO, 2017, n.p.). Somem-se a isso os custos provenientes da aquisição, manutenção e/ou substituição dos instrumentos de trabalho, os quais são de inteira responsabilidade dos próprios trabalhadores, a exemplo de veículos automotores (carros, motocicletas), bicicletas, aparelhos de telefonia

móvel, aquisição de uma linha telefônica com custos fixos mensais referentes ao acesso a dados móveis e internet, etc.

A condicionalidade das horas advém do fato de que quanto mais tempo estes trabalhadores estiverem conectados às plataformas e aplicativos maiores serão as possibilidades de serem chamados para deslocamentos e assim aumentarem os seus proventos. De acordo com Abílio (2017, n.p.) longe de ser um empreendedor os trabalhadores uberizados são verdadeiros amadores produtivos.

É pertinente ressaltar que o trabalho uberizado só é possível e viabilizado graças aos objetos e sistemas técnico-informacionais, os quais configuram o meio geográfico atual. Tal expressão do trabalho só se realiza mediante o uso de redes e equipamentos que permitam a conexão remota entre as plataformas digitais operadas pelas empresas (normalmente multinacionais, embora cresce cada vez mais o número de empresas de menor porte com atuações localizadas), os usuários (normalmente consumidores de produtos e serviços oferecidos por tais empresas através de aplicativos), empresas e/ou profissionais autônomos que produzem alimentos ou dispõem de oferta de produtos e serviços a tais consumidores por meio dos aplicativos, os trabalhadores credenciados junto a estas firmas, que em geral dispõem dos próprios instrumentos de trabalho, a exemplo daqueles citados anteriormente. Desse modo a renovação das materialidades e a conseqüente tecnificação do território, permitem a “atualização das relações típicas do século XX com as tecnologias do século XXI, conduzindo a novas formas de trabalho informal ou precário” (TOZI, 2020, p. 490).

A realidade apresentada e a lógica dos processos a que estão submetidos os trabalhadores hegemônicos, aqui denominados de uberizados, é suficiente para que estes sujeitos sejam designados por Antunes (2018) como “infoproletariado”. Esses trabalhadores precarizados, em geral padecem da inexistência de possibilidades quanto à ascensão funcional, acesso a direitos sociais básicos, a exemplo de férias, descanso semanal remunerado, aposentadoria, além do esgotamento físico e psicológico, exaustão causada pela jornada de trabalho excessiva, execução de tarefas e comandos repetitivos, pouco criativos e alienantes realizados sem autonomia por parte do trabalhador.

Tal contexto de precarização é agudizado pela ausência total de controle sobre as condições de trabalho e pelas dificuldades de negociação no tocante à remuneração (ANTUNES, 2018), ainda que tais trabalhadores sejam detentores ou arrendatários dos instrumentos de trabalho essenciais à realização de suas atividades laborais. Isso na verdade

causa a falsa ideia de autonomia, mas que na prática faz recair sobre o trabalhador os custos operacionais, práticos e objetivos do exercício profissional, a exemplo da aquisição do automóvel, da motocicleta ou bicicleta, dos dispositivos eletrônicos, do pagamento da taxa de assinatura e manutenção de conta que permita o acesso à internet e aos dados móveis no aparelho celular, dentre outros custos. É preciso frisar que nestes casos há uma indissocialidade entre a manutenção e o uso dos objetos técnicos, os serviços de uso pessoal e os equipamentos de trabalho.

As plataformas digitais empregadas nos aplicativos utilizados pelo grupo de empresas que atuam no modo Uber, seja provendo o transporte de passageiros ou mercadorias e serviços, se utilizam de uma elevada carga de informações e conteúdos espaciais, no entanto desprezam as especificidades dos lugares, impõe lógicas hegemônicas e contribuem para ampliação de usos corporativos do território, inclusive por parte das empresas mantenedoras dos sistemas e aplicativos (TOZI, 2018; 2020).

É essencial reconhecer que todas as transformações que historicamente se processaram e permitiram a reestruturação do capitalismo também afetaram de forma contundente a vida dos trabalhadores e o exercício de suas atividades profissionais. De acordo com Thomaz Júnior (2004; 2018) o que temos vivenciado ao longo dos anos é um processo de degradação do trabalho, a partir do qual a classe trabalhadora tem se tornado progressivamente mais vulnerável às irracionalidades do sistema capitalista, que abusa do trabalhador em troca de uma remuneração mínima e o descarta, sem que lhes sejam garantidas as condições necessárias de acesso a direitos essenciais à manutenção da vida e da dignidade.

É no bojo dessas relações marcadas por antagonismos e pela negação crescente do trabalhador, que estes vão sendo empurrados e expostos a condições de trabalho cada vez mais precarizadas e hegemônicas face ao processo excludente de produção e concentração da riqueza gerada pelo trabalho degradante e mal recompensado. Isso ocorre a partir da perpetuação da lógica perversa em que primeiro os donos dos meios privados de produção expropriam o trabalhador de sua própria força de trabalho e em seguida lhes nega o acesso a riqueza por eles produzida.

É a partir destes mecanismos que se estabelece uma “divisão hierárquica e social do trabalho que perpetua a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (ANTUNES, 2011, p. 76), uma vez que os processos históricos intrínsecos às relações capital-trabalho reforçaram muito mais os seus antagonismos do que realçaram as suas complementariedades, e assim

colocam o capital em evidência relegando a segundo plano a única força capaz de socialmente produzi-lo, o trabalho.

O aprofundamento desse fosso entre o capital e o trabalho é uma manifestação da violência e da tirania imposta pelo dinheiro. As lógicas comandadas por este (apresentado na forma de moedas) são violentas porque minoram o trabalho em benefício do lucro e são tiranas porque sutilmente se irradiam por todas as dimensões da vida social, e é assim que o dinheiro em estado puro “se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia” (SANTOS, 2010, p.44).

Todas essas mutações na esfera do trabalho estão correlacionadas às crises que periodicamente são produzidas nos interstícios do modo capitalista de produção, as quais exigem que o Estado, o grande capital e a classe trabalhadora tenham considerável capacidade de resposta no enfrentamento aos conflitos e tensões resultantes dessas lógicas inerentes ao sistema, tensões e conflitos esses que perpassam múltiplas dimensões e escalas espaciais.

É reconhecível que os efeitos danosos das crises incidem contundentemente sobre os trabalhadores, assumindo feições perversas quanto ao modo como afetam as estratégias de reprodução social dos sujeitos mais simples, os quais comumente ocupam os postos de trabalho com menor remuneração ou atêm-se a produzir e comercializar no interior do circuito inferior da economia.

É preciso lembrar que esses trabalhadores pobres, dotados de criatividade, formuladores de sistemas de comunicação peculiares e ocupantes das periferias do mundo, se constituem enquanto “agentes sociais que procuram respostas ainda não existentes para questões existentes. As respostas propostas pelas forças sociais, em qualquer que seja o país, dependem das tradições e da experiência locais” (LIPIETZ, 1991, p. 103).

Se reproduzir socialmente é um imperativo da classe trabalhadora. E por essa razão os sujeitos que compõe o exército reserva de trabalhadores, em seus lugares e com as condições objetivas que lhes são apresentadas, vão construindo as suas estratégias em busca da manutenção da vida e da realização de seus anseios, aspirações e desejos materiais. É com esse intuito que a partir do lugar a classe trabalhadora rompe com os imperativos do capital e funda outra lógica de reprodução social possível, esta ancorada na cidadania e na solidariedade.

O LUGAR E AS ECONOMIAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS: TECENDO AS CONVERGÊNCIAS.

“O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade” (SANTOS, 2009, 322)

As economias populares, sociais e solidárias possuem dinâmicas capazes de as afirmarem como uma lógica de organização econômica, social, política e cultural, outro modo de produção e enfrentamento da realidade, mesmo que estas sejam gestadas dentro do capitalismo (SINGER, 2002). É inegável que esta forma de organização social e econômica rompe com as lógicas e princípios do capitalismo, as quais tendem a negar a importância dos trabalhadores e os vínculos socialmente construídos durante os processos inerentes a realização da mais valia.

Estas economias são ao mesmo tempo uma face e uma resposta aos ditames e contradições do modo capitalista de produção, ao evidenciarem que outras formas de reprodução social e econômica são possíveis. A construção dessas outras possibilidades tem o seu germen nos lugares, visto que estes últimos são a expressão espacial mais refinada das relações entre a “cooperação e o conflito, a permanência e a mudança, a criação e a recriação das dinâmicas impostas pelas forças internas e externas do mundo. O lugar permite a copresença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, o estar juntos” (MOREIRA E HESPANHOL, 2008, p. 46).

Partindo dessa compreensão se admite que as economias populares, sociais e solidárias têm sua gênese e sustentação firmadas nos lugares. Diferentemente dos impulsos que dinamizam a reprodução ampliada do capital, as forças propulsoras das economias sociais e solidárias são inatas à constituição dos lugares. Não há práxis econômica solidária que despreza a dinâmica do lugar e a organização sociopolítica estabelecida entre os cidadãos que dele fazem parte e lhes atribuem sentido.

É nos lugares que as desigualdades, de todas as ordens e contextos, e a pobreza, com suas múltiplas faces, assumem suas feições mais perversas. Todavia é também no lugar que emergem, a partir da vivência dos homens pobres e lentos, as estratégias para o enfrentamento das crises e da miséria. As táticas e estratégias adotadas por esses sujeitos não objetivam tão somente a lucratividade e o acúmulo do dinheiro, elas são antes de tudo mecanismos necessários

ao atendimento às necessidades vitais e a realização dos desejos comuns a classe trabalhadora (ARROYO, 2017).

Aos pobres só é possível conviver e resistir às adversidades cotidianas em virtude da criatividade produtiva, organizativa e comunicacional que lhes são peculiares (SANTOS, 2008; 2010). Nessa perspectiva se salienta que a flexibilidade tropical tão característica nos territórios vulneráveis, portanto afeita aos homens e mulheres que vivem nas periferias do Sul do mundo, tem como uma de suas expressões contemporâneas o movimento das economias populares, sociais e solidárias.

A economia solidária não é essencialmente uma economia dos homens e mulheres pobres, mas inegavelmente é constituída majoritariamente pela participação de sujeitos sociais que vivem e se reproduzem a partir dessa condição. No entendimento de Singer (2002) a economia solidária versa “num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejarem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (SINGER, 2002, p.116).

De acordo com as ideias de Lima e Locatel (2016) a economia solidária ergue-se como uma contrarracionalidade frente as ordens impostas pelos agentes e processos produtivos hegemônicos. Na concepção destes autores ela é uma forma contemporânea de uso do território, que privilegia a ação coletiva e as iniciativas populares, sobretudo as desenvolvidas por trabalhadores associados, independentemente do ramo ou do local em que atuam.

Organicamente a economia solidária pode ser constituída por empreendimentos de distintas naturezas, tais como associações, cooperativas e coletivos (informais ou não), os quais tenham como objetivo central promover a emancipação social de seus membros, a conscientização política e a obtenção de proventos, adquiridos na forma de sobras e capazes de contribuir para a sua reprodução social (SINGER, 2002; GAIGER, 2003).

De acordo com Singer (2002, 2011), Coraggio (2002), SENAES (2006, 2007) e Azevedo, Alio e Silva (2016) a economia solidária sustenta-se em princípios como: autogestão, democracia, cooperação, processos horizontais, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, incentivo a múltiplas aprendizagens, justiça social, formação de um mercado justo e cuidado com o meio ambiente.

Tão importantes quanto os primeiros, são as bases que fundamentam as práxis adotadas no contexto desta economia, dentre as quais cabe mencionar a: adesão livre e voluntária, gestão democrática e participativa, participação econômica dos sócios, autonomia e independência enquanto fundamentos da Gestão Social, educação, capacitação e informação, intercooperação,

compromisso com a comunidade, não obstante a obtenção e partilha das sobras em oposição ao tradicional rateio dos lucros (SINGER, 2002; 2011; CORAGGIO, 2002; SENAES 2006; 2007 e AZEVEDO, ALIO e SILVA, 2016)

Somem-se aos princípios e bases, os valores intrínsecos à economia solidária, a exemplo da ajuda mútua, responsabilidade com a coletividade, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e responsabilidade social (SINGER, 2002; 2011; CORAGGIO, 2002; SENAES 2006; 2007 e AZEVEDO, ALIO e SILVA, 2016). Conforme aponta Gaiger (2004) é a partir das práticas econômicas e das práxis sociais calcadas na indissociabilidade entre estes princípios, bases e valores, que a economia solidária se apresenta como uma das possíveis faces de uma outra globalização, na qual o homem e a vida assumam centralidade nesse processo.

Como é possível observar os atributos da economia solidária possuem estreita relação com as qualidades que condicionam a vida nos lugares. Tal vinculação não é aleatória, pois conforme reconhecido por Arroyo (1996) os lugares concebem por excelência os nascedouros das solidariedades que favorecem a existência, a comunicação e a reprodução social dos homens pobres.

Todos estes princípios, bases e valores que conformam a economia solidária, são confrontados e contrapostos pela lógica capitalista hegemônica sustentada na proteção dos meios privados da produção, na valorização do dinheiro em estado puro, no incentivo desenfreado ao consumo despótico, na superexploração da força de trabalho, na busca pela maximização da mais valia e pela perpetuação das desigualdades espaciais e sociais (SANTOS, 2010).

No entanto, de acordo com Singer (2001) a principal oposição entre o modo de ser das práticas econômicas tipicamente capitalistas e as emergentes como a economia solidária, são os antagonismos postos entre a competitividade predominante no primeiro e a solidariedade reinante nesta última. Na compreensão do autor

Como o capitalismo (ao menos como o conhecemos) exige ‘alguma’ competição, a livre competição do grande número é substituída pela competição oligopólica (poucos vendedores) ou oligopsônica (poucos compradores). No capitalismo contemporâneo, a competição fundamental que ocorre é entre empresas gigantes ou multiempresas transnacionais. Mas, no campo do consumo doméstico a dispersão continua a regra. Os compradores dos bens e serviços finais (destinados à satisfação direta de necessidades ou desejos humanos) vão ao mercado as dezenas de milhões, individualmente, e são forçados a escolher entre um número muito limitado de marcas que, em geral, oferecem produtos padronizados e com preços muito semelhantes (SINGER, 2001, p. 101)

Essa competição econômica anunciada por Singer (2001) assume formas e contornos específicos em cada lugar, pois são as estruturas materiais e as formas de organização social presentes nestes que condicionam as possibilidades de realização do mundo e da mais valia. Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Santos (2014) cremos que os lugares possuem uma estrutura relacional causal, uma vez que os objetos presentes e as ações engendradas nos lugares possuem conexão e dependência com tudo o que aí existe, inclusive com a sociedade e sua organização.

É por essa razão que as ações ordenadas e sistêmicas orquestradas pelos capitais e capitalistas, incidem verticalmente sobre os lugares impondo os seus ritmos temporais, suas lógicas organizacionais e não raramente desarticulando a teia de relações sociais preteritamente estabelecidas. É dessa forma que a competitividade econômica se converte paulatinamente em uma competitividade entre os sujeitos e lugares. Todavia,

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperações e conflitos são a base da vida em comum. Por que cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora da comunhão a política se territorializa, com o confronto entre a organização e a espontaneidade (SANTOS, 2009, 322)

É pela sua natureza e características que o lugar permite a coexistência entre a competitividade dos agentes capitalistas e a emergência de formas de reprodução social ancoradas na cooperação entre os homens pobres e lentos, pois entre eles a solidariedade “substitui os seguros faltantes. As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista”, ela é condição *sine qua non* para a vida. (SINGER, 2001, p. 105).

Para os homens pobres a solidariedade não se circunscreve movida por ações caridosas. Para eles a solidariedade é existencial e dela depende inclusive a manutenção da vida dos

sujeitos. A forma como estes sujeitos arquitetam as suas vidas e os seus lugares é a expressão mais refinada da solidariedade orgânica, que se pauta na comunicação, no desenvolvimento de processos horizontais e no cumprimento das ordens inerentes aos lugares, já que estes são imperativamente o ecúmeno do acontecer solidário (SANTOS, 2014).

De acordo com Araújo (2020) o lugar é o ancoradouro para a construção do futuro, uma vez que nele a vida pulsa e se realiza em suas múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, os homens só existem efetivamente em seus lugares e neles se definem as estratégias econômicas, sociais e políticas que poderão sinalizar para um futuro em que todos possam gozar da cidadania real, da economia socialmente necessária e de uma política que abarque cada vez mais “o nós” e a defesa dos interesses coletivos.

É a partir do lugar que os homens pobres definem as suas estratégias de reprodução social. Resulta disto o fato de a economia solidária valorizar as características e potencialidades dispostas nos lugares e os saberes tradicionais socialmente construídos. Há entre os pobres uma forma de relacionar-se com o lugar e com os outros sujeitos que é particular, um verdadeiro sistema de comunicação e sociabilidade entre os homens simples, os quais possuem papel definidor na construção do presente e do futuro (SANTOS, 2010; MARTINS, 2011).

Essa comunicação e sociabilidade marcada pelos princípios e valores solidários se expressam no convívio duradouro, na pessoalidade das trocas materiais ou simbólicas, nas falas emotivas, nas relações de vizinhança e proximidade, na partilha como estratégia de divisão dos bens (MARTINS, 2011). Assim se pode conjecturar que é a partir da racionalidade, mas também das emoções que os pobres nas periferias do mundo têm contribuído para a emergência de novas razões econômicas e lógicas de organização sociopolítica.

Apontamentos não conclusivos

As transformações em curso no sistema mundo possuem conteúdos fortemente associados à economia e à política, incidem brutalmente sobre as formas de exploração e organização do trabalho, neste tempo nebuloso, no qual se nega o trabalho em defesa das mercadorias e maculam-se as mercadorias em prol do capital. É urgente que os trabalhadores assumam a centralidade e o comando dos processos produtivos, uma vez que somente eles possuem a força produtora das mercadorias e geradoras da riqueza.

Progressivamente a sociedade tem se tornado cada vez mais desigual, o mercado tem se tornado cada vez mais competitivo e o trabalho vem sendo cada vez mais precarizado. No

Brasil, e nos demais países do mundo onde ascenderam o conservadorismo na esfera social e o liberalismo como premissa para regulação econômica, essa realidade é agravada pelo desmonte das políticas públicas de base social e pela negação dos direitos até então assegurados aos trabalhadores.

É diante dessa conjuntura que emergem, sobretudo, nas periferias do mundo formas de organização social, econômica e política pautadas na democracia, emancipação, participação, auto-gestão e partilha, isso sem prescindir da ampliação das liberdades individuais. A economia solidária é uma expressão desse novo mundo que vem sendo construído nos lugares a partir da resistência dos homens pobres, que se reproduzem no compasso dos tempos lentos.

Contraditório em sua essência e por excelência, o sistema capitalista permite que nele, e de forma contra racional, sejam fundadas outras formas não hegemônicas de produção econômica e reprodução social, que muitas vezes com ele concorre ou o complementa. Assim são as economias populares e solidárias, constituídas dentro do sistema, negando os seus princípios e evidenciando que é possível a existência de um modo de produção menos perverso e excludente.

A economia solidária ganha forma e força a partir os lugares, pois é neles que os homens e mulheres pobres definem as suas estratégias de resistência à perversidade sistêmica e aos ditames do capital, decidem as táticas de enfrentamento aos desmandos políticos e deliberam sobre os mecanismos de reprodução econômica e social. É no lugar que se criam as solidariedades possíveis, fundam-se as novas formas de organização sociopolítica e se constrói cotidianamente o futuro.

É notório que a economia solidária a partir dos vínculos horizontais, da produção racional, do mercado justo, do combate à competitividade e de sua capacidade de oposição ao conservadorismo e ao autoritarismo, se devidamente incorporada aos projetos de desenvolvimento e a agenda das políticas públicas muito tem a contribuir com a superação da crise econômica e societária agravada pela pandemia do *Sars-CoV-2* (COVID 19) (SCHIOCHET, 2020).

A periferia, os homens pobres e suas formas de organização econômica, política e cultural, assim como a dinâmica dos lugares têm revelado que outro mundo é possível e essa transição já está em marcha. Que sejamos sensíveis, resilientes e estejamos atentos à construção social de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Boitempo, 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/132>. Acesso em 22 ago. 2021.

ARAÚJO, Markelly Fonseca de. **A revolução do lugar**: contextos da guerra da informação na megalópole. 2020. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, MÓNICA; CATAIA, Márcio. **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 53-62.

ARROYO, Mónica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Ensaio de Geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-62.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; ALIÓ, Maria Àngels; SILVA, Rafael Pereira da. Espacialidade da economia solidária no Brasil. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona, Vol. XXI, nº 1.148, p.1-21, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1148.pdf>. Acesso em 25 ago. 2021.

CORRAGIO, José Luis. **La economía social como vía para otro desarrollo social**. Documento preparado para el lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de Economía Social” en URBARED, Red de Políticas sociales 2002. Disponível em <<https://www.virtualpro.co/biblioteca/la-economia-social-como-via-para-otro-desarrollo-social>>. Acesso 02 mar 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 39, n.39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Aceso em 26 ago. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 799 a 834. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=701>. Acesso em 30 ago. 2021.

- GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no início do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LIMA, Leandro de Castro; LOCATEL, Celso Donizete. Uso do território, reorganizações produtivas e economia solidária no Rio Grande do Norte. In: AZEVEDO, Francisco Fransualdo; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Território e reestruturação produtiva**: elementos para a discussão. Natal: Caule de papiro, 2016, p. 71-100.
- LIPIETZ, Alain. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 12, n. 1, p. 101-130, 1991. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaio/article/view/1399>. Acesso em 29 ago. 2021.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOREIRA, Erica Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, p. 48-60, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>. Acesso em 02 set. 2021.
- OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos Cebrap**, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976.
- PINHEIRO, Silvia Silva Martins; SOUZA, Márcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Serviço Social em Debate**, v. 1, n. 2, p. 53-68, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923>. Acesso em 29 ago. 2021.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHIOCHET, Valmor. A construção de uma economia solidária para superar a crise. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**, São Paulo, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/a-construcao-de-uma-economia-solidaria-para-superar-a-crise>. Acesso em 27 de ago. 2021.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária, outra economia acontece**: Cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no governo federal. In BENNI, Édi. Augusto et all. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. Volume I. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, v. 19, n.37, p. 7-26, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13556>. Acesso em 29 ago. 2021.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Geografia do Trabalho por inteiro. **Revista pegada eletrônica**, v. 19, p. 6-56, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>. Acesso em 30 ago. 2021.

TOZI, Fábio. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. In: ZAAR, Miriam Hermi; CAPEL, Horácio (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, v. 1. p. 172-187, 2018.

TOZI, Fábio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP**, v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573>. Acesso em 01 set. 2021.

Recebido em 18 de novembro de 2021.

Aprovado em 23 de janeiro de 2022

Publicado em 07 de fevereiro de 2022.